



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 22 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 9/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 9/2016; -----
2. Aprovação de minuta de contrato – “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase I: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”; -----
3. Proc. N.º MB – 32/2016: “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----
4. Atribuição de Apoio Financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor; -----
5. Reembolso de Manuais Escolares – 2016/2017; -----
6. Atribuição de Auxílios Económicos e Estudantes - Material; -----
7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 9 de novembro do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado disse constatar, mais uma vez, ausência de público na reunião de câmara. Recordou a proposta dos vereadores da coligação de realização de reuniões descentralizadas que poderiam colmatar o problema de falta de público. -----

Referindo-se à recente notícia da saída de alguns dos maiores municípios do Sistema de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, perguntou ao senhor presidente que implicações pode este facto despoletar para Penamacor, especialmente no que diz respeito à qualidade do serviço que é prestado e àquilo que é o tarifário atual. Saber quais as motivações que levam os municípios a abandonar o sistema. -----

Por último, sugeriu a divulgação do evento “Vila Madeiro” e das tradições singulares do concelho nas redes sociais e multimédia. Referiu que um pequeno vídeo no youtube e nos voos da TAP seria uma mais-valia na promoção e divulgação dos eventos. -----

O Sr. Presidente António Soares agradeceu a sugestão do senhor vereador do que respeita à divulgação dos eventos, podendo ter sempre um retorno futuro. -----

Relativamente à questão da saída de alguns municípios do Sistema de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, esclareceu que se refere apenas à componente do saneamento, não à da água. Manifestou preocupação na saída de mais de dois milhões de habitantes dos cerca de três milhões que atualmente são servidos

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

no saneamento. Referiu que os argumentos já foram apresentados ao grupo Águas de Portugal e ao senhor Secretário de Estado do Ambiente, que terá garantido que os preços não sofreriam qualquer alteração e de encontrar uma solução até à próxima assembleia geral da ALVT. Disse estar previsto um período de convergência que se prolonga durante cinco anos, implicando um fator de solidariedade a pagar (até três cêntimos) por parte dos municípios que venham a sair. -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado referiu que pelo que depreende e não obstante o esforço em se fazer o trabalho de casa, com a decisão do atual governo se arrisca daqui a cinco anos a ter um aumento brutal daquilo que são os encargos do município. Atentou que se voltará a uma situação análoga à que existia no início do mandato. Considerou que a preocupação com o interior do país parece resumir-se a um caderno com algumas medidas, constatando-se na prática que o interior continua a ser prejudicado. Manifestou apoio dos vereadores da coligação para tudo aquilo que o município fizer de forma a fazer valer os seus interesses. Recordou o apoio no passado em relação ao tribunal de Penamacor, aproveitando para perguntar se já houve alguma alteração ao funcionamento do mesmo, uma vez que este governo anunciou a reversão das medidas anteriores. -----

O Sr. Presidente António Soares referiu que a secção de proximidade de Penamacor, conforme combinado com a Senhora Ministra da Justiça passará a realizar todos os atos judiciais a partir de janeiro de 2017. -----
Referindo-se ao evento “Vila Madeiro” a realizar de 7 a 25 de dezembro, disse que contará com um programa variado e algumas alterações na vertente ambiental. Congratulou-se com a participação da população, do comércio e associações na iniciativa. Convidou os senhores vereadores e a comunicação social para a inauguração do evento, na qual não poderá estar presente, coincidindo com a entrega do diploma da Carta Europeia do Turismo Sustentável no Parlamento Europeu. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 9/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 9/2016. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 22 de novembro de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado, sentido de voto justificado pelo envio tardio da presente documentação. -----

2 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO – “REQUALIFICAÇÃO URBANA DE PENAMACOR – FASE I: REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA” -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Na sequência do procedimento de concurso público e por deliberação da Câmara Municipal de 9 de novembro de 2016, foi adjudicada à sociedade António Lourenço, Lda., a execução da empreitada designada por “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase 1: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”, pelo preço 176.540,99 Euros. -----

Comprovada a prestação da caução através de garantia bancária nº 2016-4050-441342-5300000028112 na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (Sul), CRL - agência de Penamacor, no dia 18 de novembro de 2016, no

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

valor de € 17.654,10 (10% do preço contratual), e considerando que, nos termos do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a minuta do contrato está sujeita à aprovação da entidade com competência para a decisão de contratar, e que neste processo, atendendo ao valor do procedimento, tal competência recaiu sobre a Câmara Municipal, -----

PROponho QUE SEJA DELIBERADO aprovar a minuta do contrato de empreitada, que se anexa à presente proposta, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado, sentido de voto justificado pelo envio tardio da documentação. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – PROC. N.º MB – 32/2016: “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor”. -----

O valor estimado da despesa é de € 964 556,78 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encargos esses que têm cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010413 – Outros. A verba



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

disponível este ano é de € 1 000,00 (mil euros), sendo a restante parte prevista para o ano 2017 e 2018. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 50/2016, de 24/out./2016 e respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, programa de concurso e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do Códigos dos Contratos Públicos atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Constitui atribuição dos municípios promover e salvaguardar os interesses das respetivas populações, diretamente ou através da concessão de apoios a outras entidades legalmente constituídas. São, designadamente, assacadas aos municípios atribuições em matéria de saúde e ação social, conforme dispõem as alíneas g) e h) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste contexto proponho que, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor, um apoio financeiro no valor € 20.000,00 para auxílio na aquisição de uma ambulância para a Secção do Meimão, a qual será colocada ao serviço das populações do concelho de Penamacor. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – REEMBOLSO DE MANUAIS ESCOLARES – 2016/2017. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Nos últimos anos, o Município de Penamacor tem vindo a disponibilizar alguns apoios às famílias com alunos a frequentar os vários níveis de ensino no concelho, designadamente no que respeita à aquisição de manuais escolares. Face a uma conjuntura de crise económica que tem vindo a agravar-se de forma significativa e ao reconhecimento de que a aposta na educação dos mais jovens é determinante para o desenvolvimento do concelho, é intenção deste Executivo continuar a apoiar e subsidiar as famílias em matéria de educação.



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Para o efeito, foi criado e aprovado o Regulamento Municipal de Apoio à Educação (Regulamento nº307/2015, 4 de junho), o qual contempla um conjunto de apoios para os alunos do concelho, em matéria de educação. -----

Nesse sentido e dando cumprimento ao exposto no referido Regulamento, os encarregados de educação e/ou alunos formalizaram as respetivas candidaturas aos apoios previstos junto do Gabinete de Ação Social do Município. -----

Após receção dos processos de candidatura dos requerentes, o Gabinete de Ação Social e Educação do Município procedeu à análise de todas as candidaturas apresentadas para os apoios no ano letivo 2016/2017, nomeadamente através da verificação do cumprimento do disposto nos artigos 34 e 35 do Regulamento acima referido e do cálculo exaustivo das despesas apresentadas. -----

Posto isto, elaborou uma listagem da qual constam todas as informações sobre os requerentes, nomeadamente as informações necessárias para que se possa proceder ao reembolso dos manuais escolares adquiridos pelos próprios (nome aluno, nome encarregado de educação, número de identificação fiscal, morada, valor do SASE atribuído e valor do reembolso a efetuar pelo Município, entre outras). -----

Assim, propõe-se: -----

1. Que se delibere sobre o reembolso dos manuais escolares do ano letivo 2016/2017, constantes da listagem que se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante. -----

2 – Que seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. ---

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

6 – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“No âmbito das competências que assistem à Câmara Municipal no domínio da ação social escolar, tem sido atribuída às escolas uma verba anual destinada a comparticipar nas despesas de aquisição de materiais didáticos e de expediente, de desgaste rápido. -----

O Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches veio de novo solicitar a atribuição do apoio para o ano letivo de 2016-2017, a apurar em função do número de alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico que frequentam o Centro Escolar em Penamacor. No corrente ano letivo o número de alunos do pré-escolar no Centro Escolar de Penamacor é de 27 (vinte e sete) e o número de alunos do 1º ciclo do ensino básico é de 92 (noventa e dois). -----

Por razões de justiça e equidade, o mesmo apoio tem sido atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor, para comparticipação nas despesas com os alunos do pré-escolar, que no corrente ano letivo são 26 (vinte e seis). -----

Assim, nos termos da competência prevista na alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: -----

1 – Que seja deliberado atribuir, a título de auxílios económicos a estudantes no ano letivo de 2016-2017, a verba de €15,00 anuais por cada aluno que frequenta o pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico. Em consequência da aprovação da presente proposta, será atribuída a verba de €1.785,00 (Mil setecentos e oitenta e cinco euros) ao Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches para apoio aos alunos do Centro Escolar e a verba de €390,00 (Trezentos e noventa euros) aos alunos do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Penamacor. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA. -----

2 – Que seja deliberado aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.160.580,98 euro e uma despesa também acumulada de 7.280.744,06 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas e trinta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares